

## Ano XXIV nº 6438 – 08 de outubro de 2021

### Deputados propõem regras para contas offshore de agentes públicos

A descoberta de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, têm contas offshore em paraísos fiscais motivou a apresentação de projetos de lei para regular a participação de agentes públicos em contas offshore no exterior.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 152/2021, de autoria do Deputado Federal, Ivan Valente (Pso/SP), veda a nomeação de pessoas com contas ou empresas em paraísos ou refúgios fiscais para a Diretoria Colegiada do Banco Central. Já o Projeto de Lei (PL) 3455/2021, de autoria do Deputado Federal, Henrique Fontana (PT/RS), proíbe que candidatos a cargos eletivos e agentes públicos abram, mantenham ou participem em sociedade que possuam contas offshore no exterior.

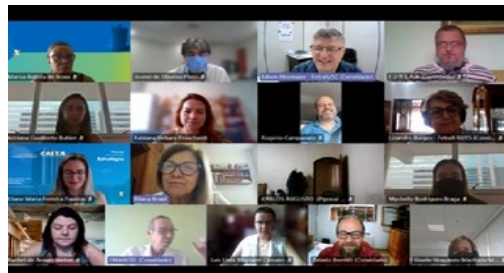
“Os projetos são semelhantes, mas diferentes. Um versa sobre a proibição da nomeação de pessoas com contas offshore para cargos no Banco Central. O outro sobre a proibição da abertura e manutenção de contas pelos candidatos e agentes públicos de uma forma geral. Mas, eles devem ser apensados e tramitados em conjunto”, explicou o secretário de Relações de Trabalho e responsável pelo acompanhamento de assuntos de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional pela Contraf-CUT, Jeferson Meira.

“Mas, o que é importante observarmos é a preocupação dos deputados em controlar estas questões de conflito de interesse que vemos tanto no caso de Paulo Guedes, quanto do Campos Neto. Não é possível permitirmos que pessoas que têm controle do câmbio no país e possuem informações privilegiadas sobre questões que envolvam a cotação das moedas se beneficiem de seus poderes e informações enquanto o restante dos brasileiros é prejudicado por estes atos”, completou Jefão.

Para o dirigente da Contraf-CUT, trata-se de, no mínimo, hipocrisia e falta de ética ministros e o presidente do Banco Central, que dirigem a economia do país, manter contas offshore em paraísos fiscais. “O dinheiro deles fica longe da tributação brasileira e, conseqüentemente, deixa de ajudar o Brasil em obras de infraestrutura e serviços públicos, enquanto esses mesmos privilegiados impõem regras tributárias para o país e atacam servidores, o serviço público, os mais pobres e a classe trabalhadora”, observou.



### Negociações sobre teletrabalho e banco de horas avançam na Caixa



A Comissão Executiva de Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal e representantes do banco se reuniram ontem, dia 07/10, para uma nova rodada de negociação sobre o acordo de teletrabalho e banco de horas. Houve uma sinalização positiva do banco para avançar em alguns pontos, como a redução do prazo de compensação das horas extras e o aumento do valor da ajuda de custo, como propuseram os representantes dos empregados na última minuta enviada ao banco.

Houve progresso também na discussão sobre o acesso dos sindicatos aos empregados em trabalho remoto. Para a coordenadora da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt, que também é secretária de Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) é preciso estar claro no acordo que a Caixa vai garantir o acesso dos sindicatos aos empregados em teletrabalho. “Precisamos ter acesso aos trabalhadores para assegurar os direitos que eles possuem, mesmo realizando suas funções neste modelo, como a jornada de trabalho, a garantia das condições de saúde e de trabalho, entre outros itens”. Os representantes do banco informaram que vão viabilizar o acesso e este ponto estará na minuta.